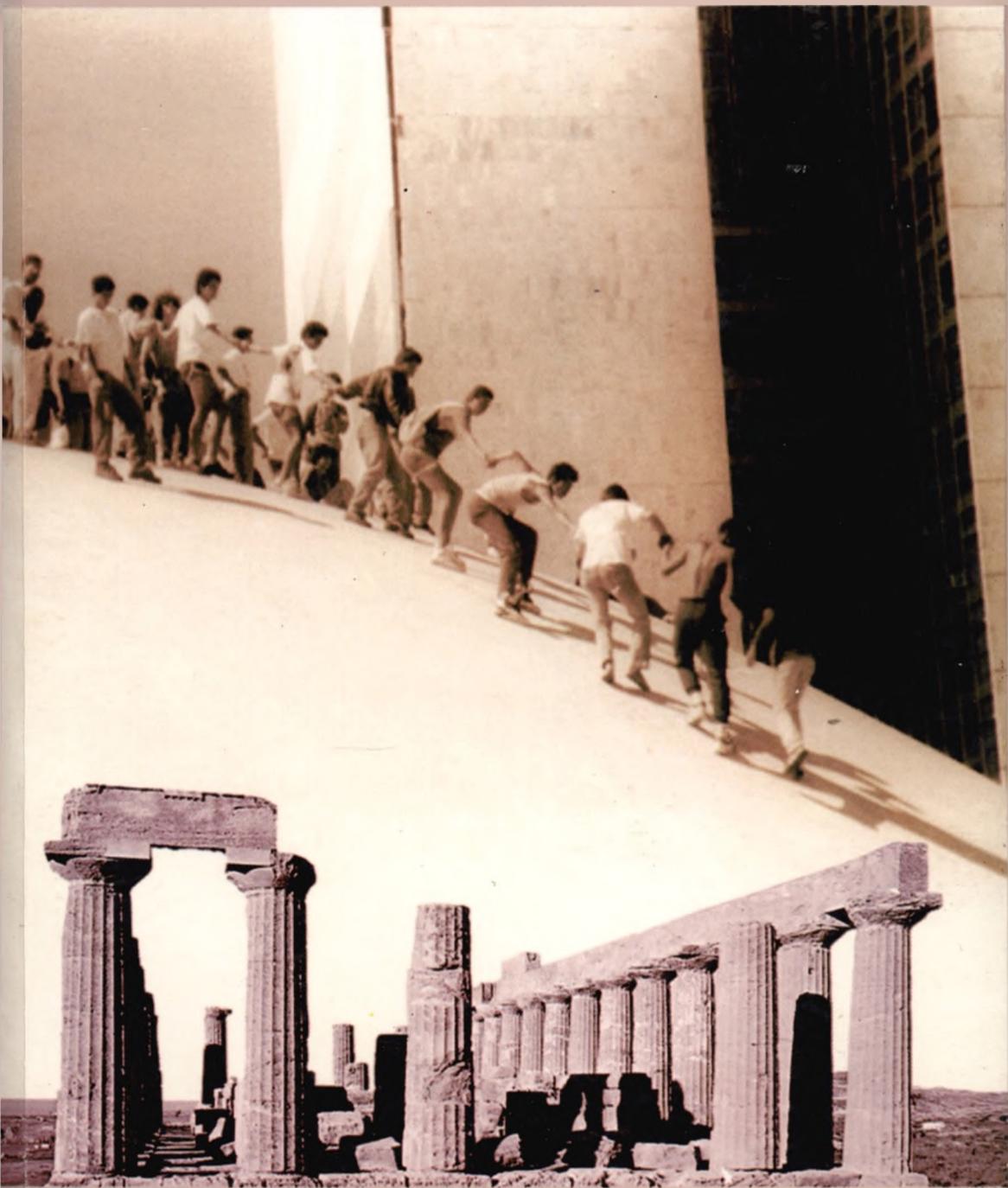


# *democracia* a grande revolução



Para que serve a democracia? Quem se beneficia dela? É a democracia um fenômeno natural ou deve ser construída e consolidada?

O objetivo deste livro é contribuir para o debate inerente ao processo democrático. O *Simpósio Florestan Fernandes – a Construção da Democracia*, em homenagem a um dos maiores pensadores do Brasil, foi a maneira idealizada para se obter algumas respostas aos desafios atuais enfrentados pelas nações democráticas. Reuniu representantes de vários países para apreender experiências de consolidação de diferentes processos democráticos.

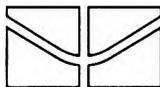
As crises sociais de naturezas diversas que afetam os países de todo o mundo provocam a discussão dos modelos democráticos, cujos elementos formais, efetivamente, existem. Todas as lutas do século XX foram pelo princípio histórico da democracia – a liberdade. O século XXI será o das lutas por equidade, pois sem ela corremos o risco de perder todas as conquistas democráticas. A complexidade das questões sociais exige compromisso coletivo e individual para transformar a promessa de democracia em realidade.

O título desta obra reflete a necessidade de uma grande revolução a ser empreendida para a construção e a consolidação da democracia em todo o mundo.

O *Simpósio Florestan Fernandes – a Construção da Democracia* é a contribuição efetiva da Universidade de Brasília, que na forma de livro socializa o debate. A continuidade do *Simpósio Florestan Fernandes* é o compromisso da UnB com os ideais democráticos para o próximo século.

---

**DEMOCRACIA  
A GRANDE REVOLUÇÃO**



## FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

*Reitor*

João Claudio Todorov

*Vice-Reitor*

Erico Paulo Siegmar Weidle

## EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

*Diretor*

Alexandre Lima

### CONSELHO EDITORIAL

*Presidente*

Emanuel Araújo

Alexandre Lima

Álvaro Tamayo

Aryon Dall Igna Rodrigues

Dourimar Nunes de Moura

Emanuel Araújo

Euridice Carvalho de Sardinha Ferro

Lúcio Benedito Reno Salomon

Marcel Auguste Dardenne

Sylvia Ficher

Vilma de Mendonça Figueiredo

Volnei Garrafa

# DEMOCRACIA A GRANDE REVOLUÇÃO

Hermes Zaneti (organizador)

EDITORA  
  
UnB

Fundação de Apoio à Pesquisa/DF

Direitos exclusivos para esta edição:  
EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
SCS - Q. 02 - Bloco C - nº 78 - Edifício OK - 2º andar  
70.300-500 - Brasília - DF  
FAX: (061) 225-5611

*Copyright* © 1996 by Editora Universidade de Brasília

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem autorização por escrito da Editora.

*Impresso no Brasil*

EDITORES

**TANIA MOREIRA DA COSTA E REGINA MARQUES**

PREPARAÇÃO DE ORIGINALS/REVISÃO

**TANIA MOREIRA DA COSTA, REGINA MARQUES E SILVIA MARIA ALVES**

ACOMPANHAMENTO EDITORIAL

**SONJA SAMPAIO**

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

**LUÍZA MARIA ROCHA NERY**

CAPA

**FORMATOS DESIGN E INFORMÁTICA**

SUPERVISÃO GRÁFICA

**ELMANO RODRIGUES PINHEIRO**

ISBN: 85-230-0451-3

Ficha catalográfica elaborada pela  
Biblioteca Central da Universidade de Brasília.

D383      Democracia: a grande revolução / organização de Hermes Zaneti. — Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.

179 p.

1. Ciência Política. 2. Democracia. I. Zaneti, Hermes.  
II. Título.

CDU 32  
321.7

# SUMÁRIO

## **Apresentação**

Hermes Zaneti – Coordenador do Projeto Constituição, 7

## **Introdução**

*Democracia: a grande revolução, 11*

João Claudio Todorov – Reitor da Universidade de Brasília

## **I - A construção da democracia**

*A revitalização da arte da política, 15*

Fernando Henrique Cardoso – Presidente da República Federativa do Brasil

## **II - Democracia: das origens à modernidade**

*Celebrando 2.500 anos de democracia, 31*

Alexander Vayenás – Embaixador da República Helênica no Brasil

*A evolução da democracia representativa, 37*

Donald Keith Haskell – Embaixador do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte no Brasil

## **III - Democracia no século XXI**

*O desafio da equidade, 43*

Juan Somavia – Presidente da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social em Copenhague, Embaixador do Chile na ONU.

*Debatedores*

*Limitações da agenda da Cúpula Social de Copenhague, 61*

Benício Viero Schmidt – Sociólogo, Professor da UnB

*Democracia com equidade: um direito?, 67*

Lia Zanotta Machado – Diretora do Centro de Apoio a Intercâmbios e Programas Internacionais da UnB

#### **IV - Democracia na Ibero-América**

*O valor da democracia como sistema na América Latina: a experiência venezuelana, 73*

Rafael Caldera – Presidente da República da Venezuela

*O fortalecimento do processo democrático da Venezuela, 83*

Alfredo Toro Hardy – Embaixador da República da Venezuela no Brasil

*Cuba: a determinação por um caminho próprio, 95*

Jorge Lezcano Perez – Membro do Conselho de Estado da República de Cuba

*Democracia, desenvolvimento econômico e equidade social, 109*

Heraldo Muñoz – Embaixador da República do Chile no Brasil

*Democracia: valor a ser entendido e compartilhado, 121*

Alieto Aldo Guadagni – Embaixador da República Argentina no Brasil

*Formação da democracia na Colômbia, 133*

Mario Galofre Cano – Embaixador da República da Colômbia no Brasil

#### **V - Democracia no Pós-Comunismo**

*A política no pós-comunismo, 145*

Jeliu Jeleu – Presidente da República da Bulgária

*A evolução política e constitucional da Polônia, 149*

Aleksander Luczak – Vice-Primeiro-Ministro da República da Polônia

*Democracia, direitos humanos e estado de direito na Eslováquia, 159*

Branislav Hitka – Embaixador da República Eslovaca no Brasil

*Democratização multifacetária e permanente na Hungria, 165*

Gábor Tóth – Embaixador da República da Hungria no Brasil

*Estado de direito e economia de mercado na Romênia, 173*

Romulus Roman – Encarregado de Negócios da Romênia no Brasil

## APRESENTAÇÃO

*Hermes Zaneti*  
*Coordenador do Projeto Constituição*

Assunto altamente complexo, a democracia tem ocupado significativos espaços em debates teóricos em muitos países. Importantes pensadores têm-se dedicado à questão da democracia. Nosso objetivo, nesta apresentação, é, também, referir o pensamento de alguns desses autores que deram enfoques interessantes à matéria, para motivar a discussão.

Giovanni Sartori<sup>1</sup> faz uma pergunta instigante: “A democracia pode ser qualquer coisa?”, para em seguida citar Tocqueville que diz: “É nossa forma de usar as palavras ‘democracia’ e ‘governo democrático’ que cria a maior confusão. A menos que essas palavras sejam claramente definidas e haja concordância quanto à sua definição, as pessoas vão viver numa confusão inextricável de idéias, para grande vantagem dos demagogos e déspotas”.

É ainda Sartori<sup>2</sup> que nos lembra que “(a) o ideal democrático não define a realidade democrática e, vice-versa, que uma verdadeira democracia não é, e não pode ser, o mesmo que uma democracia ideal; e que (b) a democracia resulta de interações entre seus ideais e sua realidade e é modelada por elas: pelo impulso de um dever ser e pela resistência de um é”.

O embate dinâmico das forças que compõem a democracia é destacado por Przeworski<sup>3</sup>:

Numa democracia todas as forças devem lutar continuamente pela satisfação de seus interesses. Nenhuma delas encontra refúgio em suas posições políticas. Ninguém pode esperar pelos resultados para modificá-los depois; todos devem subordinar seus interesses à competição e à incerteza. O momento crucial da transição do regime autoritário para o regime democrático é a passagem daquele limiar além do qual ninguém pode intervir para reverter os resultados do processo político formal. A democratização é um ato de submissão de todos os interesses à competição, é uma ação de institucionalização da incerteza. O passo decisivo em direção à democracia é dado pela transferência do poder de um grupo de pessoas para um conjunto de regra.

---

<sup>1</sup> Sartori, Giovanni. *A Teoria da Democracia Revisitada*, vol. 1, São Paulo: Ática, 1994: 16.

<sup>2</sup> *Idem, ibidem*: 24.

<sup>3</sup> Przeworski, Adam. *Democracia e Mercado*, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994: 31.

O mesmo autor nos alerta que “a democracia pode ser um efeito conjunto de condições e instituições” e que “as instituições devem adequar-se às condições”.<sup>4</sup> Analisando a questão da sobrecarga de demandas, quando não autocontida, podendo inviabilizar a governabilidade e comprometer a própria democracia, o autor destaca que os mecanismos de alocação são mais importantes que as formas de propriedade e que o sistema econômico mais racional e humanitário é aquele que depende da existência de mercados regulados para a alocação de recursos e da presença do Estado para garantir um bem-estar material básico para todos<sup>5</sup>.

É importante lembrarmos que a democracia permite à sociedade organizar-se para a disputa dos diferentes interesses em jogo. Ela não é, no entanto, um elástico com capacidade ilimitada para esticar. Nesse sentido, e com as necessárias cautelas, é bom termos em conta as observações de Huntington<sup>6</sup>, para quem: “Um valor que, normalmente, é bom em si não é, necessariamente, otimizado quando é maximizado. Nós reconhecemos que existem limites potencialmente desejáveis à extensão indefinida da democracia política. Democracia terá uma longa vida se tiver uma existência mais balanceada”.

Estas poucas referências, de alguns dos autores que se ocupam do tema, dão uma idéia da complexidade desta discussão. Mostram, igualmente, que o assunto não pode ser ignorado.

A Universidade de Brasília atribui importância especial ao tema da democracia e à política em geral, atendendo, assim, a uma de suas vocações, por ser a universidade da capital política do País. Por isso, criou o Projeto Constituição para acompanhar o processo de discussão das alterações na Constituição do Brasil, pelo Congresso Nacional, em 1995. Entre as várias atividades desenvolvidas, destacamos o “Simpósio Florestan Fernandes – a Construção da Democracia”. O Simpósio constituiu-se, basicamente, de uma série de conferências proferidas por embaixadores de vários países de diferentes continentes. Recebeu mensagens, especialmente escritas para a ocasião, do Presidente da República da Bulgária, Jeliu Jelev, e do Vice-Primeiro-Ministro da República da Polônia, Aleksander Luczak. Conferência especial sobre o assunto em foco foi proferida pelo Doutor Rafael Caldera, Presidente da República da Venezuela. Estiveram presentes e proferiram conferências o Embaixador Juan Somavia, Presidente da Cúpula

---

<sup>4</sup> *Idem, ibidem*: 58.

<sup>5</sup> *Idem, ibidem*: 12.

<sup>6</sup> Huntington, Samuel P. *The Crisis of Democracy*.

Mundial de Desenvolvimento Social de Copenhague e o Deputado Jorge Lezcano Perez, Membro do Conselho de Estado da República de Cuba. Recebemos, ainda, com exclusividade para publicação, texto de conferência proferida pelo Professor Fernando Henrique Cardoso, Presidente da República Federativa do Brasil, na Universidade de Stanford, versando sobre o tema em foco.

Reunimos o conjunto destes textos para esta publicação que intitula-mos: *Democracia: a grande revolução*. O livro oferece, assim, um panorama amplo da evolução do processo democrático. Aborda desde o problema dos excluídos, um dos itens tratados pelo Reitor da UnB, Doutor João Claudio Todorov na Introdução; discute a construção da democracia, quando o Professor Fernando Henrique Cardoso aponta a necessidade de revitalizar a arte da política; nos leva das origens da democracia à modernidade, nos textos dos Embaixadores da Grécia e da Grã-Bretanha no Brasil; nos remete para o futuro, na democracia no século XXI, onde o Embaixador Juan Somavia, com a participação dos professores da UnB, Lia Zanotta Machado e Benício Viero Schmidt, discute o desafio da equidade apontando a necessidade da erradicação da miséria.

Uma visão histórica dos grandes desafios e a permanente turbulência política que tem envolvido a construção da democracia nos países ibero-americanos é apresentada pelo Presidente da Venezuela, pelo Deputado Jorge Lezcano Perez e pelos Embaixadores do Chile, da Argentina, da Colômbia e da Venezuela. As mensagens do Presidente da Bulgária e do Vice-Primeiro-Ministro da Polônia, além das conferências dos Embaixadores da Eslováquia, da Hungria e do Encarregado de Negócios da Romênia, mostram o processo de construção das mais jovens democracias do mundo.

O conteúdo do livro apresenta a luta que tem sido, ao longo da história, a construção do regime democrático. Vítima de ataques nos mais diferentes países, submergindo em períodos mais ou menos longos, a democracia acaba por emergir como expressão de vontade da maioria do povo, como são exemplos a Argentina, a Venezuela, a Colômbia, o Chile, a Polônia e o Brasil, só para citar alguns.

A motivação da UnB para discutir a questão da democracia decorreu do fato de termos constatado que parece haver um senso comum de que se não fizermos nada, se não tivermos nenhum projeto institucional, então, como por inércia, acontecerá a democracia. Ela seria, assim, um acontecimento quase natural. A história tem mostrado, porém, inúmeras interrupções do processo democrático em muitos países. Na vigência de regimes autoritários, as forças democráticas unem-se para restabelecer a democracia, mas obser-

va-se que, durante os períodos democráticos, não há suficiente empenho dessas mesmas forças no sentido de fortalecer as instituições que garantam a democracia. Nossa convicção, no entanto, é que a democracia deve e pode ser construída e que essa construção passa por um amplo processo de discussão, de participação. As universidades têm um papel especial nessa tarefa, porque elas são, em geral, as primeiras vítimas sempre que ocorre a interrupção autoritária do processo democrático.

A construção de instituições que promovam e defendam a democracia passa pela perspectiva de que as diferentes forças políticas que participam do embate democrático tenham, no presente e no futuro, chance de ver suas reivindicações atendidas. A liberdade que a democracia oferece é extremamente importante, mas não suficiente. Ela precisa garantir uma perspectiva redistributiva. À democracia formal, da liberdade de expressão, do direito de ir e vir, precisamos acrescentar a democracia substantiva, entendida como a erradicação da miséria, a redistribuição da renda, de tal sorte que o povo sinta no bolso e em casa os efeitos da democracia, pois só assim participará do processo de sua construção e defesa.

É importante observar que a democracia, nos últimos anos, ganhou importantes espaços. É muito significativo o número de países que vivem hoje sob o regime democrático. Segundo Przeworski,<sup>7</sup> “nunca na história tantos países desfrutaram de instituições democráticas ou, pelo menos, submetem-nas a teste”. A democracia cresceu muito, igualmente, como valor; eis que mesmo regimes que, a rigor, não poderiam ser classificados como democráticos, assim se intitulam para buscar maior respeitabilidade e inserção na comunidade internacional.

A obra que ora oferecemos contém relatos históricos, reflexões teóricas e depoimentos ricos com experiências concretas vividas em diferentes países do mundo. Não tem a pretensão maior de realizar uma revisão teórica sobre o assunto. É uma contribuição inicial à discussão da construção da democracia, na esperança de que possa ser ampliada com a participação de outros países e de que saibamos aproveitar esse momento para criar e fortalecer instituições democráticas justas e eficazes, em condições de dar suporte ao processo democrático, que é, ao mesmo tempo, uma realidade e uma promessa permanente.

---

<sup>7</sup> Przeworski, Adam. *Democracia e Mercado*, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994: 9.

## A EVOLUÇÃO POLÍTICA E CONSTITUCIONAL DA POLÔNIA

*Aleksander Luczak*  
*Vice-Primeiro-Ministro da República da Polônia*

Como historiador contemporâneo polonês, tenho a oportunidade de não apenas descrever, mas também de participar, nos últimos anos, da criação da história polonesa. Existe na vida do cientista um momento em que ele tem de deixar o seu posto de observação científica para realizar outras tarefas. Esta decisão não deixa de influenciar a maneira de ver o mundo, de olhar os eventos que têm lugar no complicado universo histórico polonês.

Posso afirmar que, perante meus olhos, a política transforma-se em história. Sendo um cientista historiador, por escolha própria tornei-me político, como muitos cidadãos de meu País que foram obrigados a escolher esse caminho de vida. Buscaria as raízes das mudanças democráticas na Polônia no tempo da formação da ordem do pós-guerra na Europa.

A Polônia saiu da Segunda Guerra Mundial vitoriosa, mas muito enfraquecida do ponto de vista populacional, territorial e material. O ocupante hitleriano deixou ruínas e cadáveres. As terras orientais ocupadas pela URSS em setembro de 1939 jamais retornaram à Pátria. As três grandes potências decidiram sobre a incorporação da Silésia e da Prússia Oriental à Polônia. Centenas de milhares de poloneses estavam espalhados pelo mundo afora, desde a Sibéria no longínquo norte até à Austrália, América do Norte e do Sul.

Sobre as ruínas de Varsóvia, as três grandes potências fizeram a divisão da Europa. A Polônia, não por vontade própria, encontrou-se por 45 anos na esfera de influência da URSS. Esse fato era um determinante para a escolha do caminho institucional que a Polônia teve de tomar.

Embora as iniciativas de democratização tenham sido implantadas logo depois da Segunda Guerra Mundial, em pouco tempo a Polônia ficou subjugada à URSS. É verdade que logo depois da Guerra empreendeu-se a difícil tarefa de reconstruir o País, com o apoio de amplas camadas sociais. No governo da Polônia participavam representantes do governo migratório polonês, em Londres, como o Vice-Primeiro-Ministro Stanislaw Niuokajczyk. Renasceu o espírito nacional, para o que muito contribuiu a Igreja Católica. A sociedade aproveitou, em sua maioria, a reforma agrária que deu terras aos camponeses e aos trabalhadores, e teve na nacionalização da indústria uma fonte de trabalho. Mas o País enfrentava uma dura batalha

política, caracterizada pelo terror, pela fraude eleitoral e pela perseguição aos partidos políticos. O único partido de oposição, o Partido Agrário Polonês, ficou paralisado e seus dirigentes foram perseguidos. A resistência política polonesa foi perseguida. O processo de Moscou contra dirigentes da resistência polonesa durante a Segunda Guerra Mundial não deixou nenhuma ilusão sobre os planos da URSS. O Vice-Primeiro-Ministro preferiu emigrar e o País, no final dos anos 40, tornou-se um Estado de terror policial e de ideologia comunista. É verdade que o estalinismo encontrou na Polônia um certo grupo de apoio; parte da classe trabalhadora e um grupo de camponeses uniram-se em organizações partidárias do tipo soviética. O sistema comunista da Polônia foi sancionado pela Constituição estalinista proclamada pelo Parlamento em 1952. A Polônia se declarou uma república popular soviética, e aceitou o nome de República Popular da Polônia, e em vez da tradicional águia coroada tinha no brasão uma águia estilizada da antiga dinastia Piast.

Em 1955 foi assinado o Pacto de Varsóvia que durante os anos de sua vigência impôs aos seus membros a doutrina da soberania limitada. A Polônia teve governos de terror e de doutrinação ideológica. As vítimas das perseguições políticas, dirigidas do Kremlin, não eram apenas comunistas que não quiseram se adaptar à nova forma de sistema, mas também eram membros da Igreja, da oposição, oficiais do Exército polonês, servidores públicos de antes da Guerra, jovens camponeses e membros da resistência polonesa que lutaram contra os ocupantes durante a Segunda Guerra Mundial.

A Polônia esteve sob o sistema comunista até 1989, embora tenha tido lugar algumas transformações. O sistema comunista foi mais cruel até 1956. Até hoje são encontrados os corpos de pessoas assassinadas pertencentes à oposição. Agora os responsáveis por esses crimes, depois de 30 anos, estão perante tribunais independentes.

Os primeiros sintomas da resistência social contra o comunismo foram os acontecimentos em Poznan, em julho de 1956. Os trabalhadores de muitas empresas de Poznan saíram às ruas da cidade para protestar contra as más condições de trabalho. O Regime decidiu enviar contra eles os serviços de segurança e depois o Exército. Foram mortas muitas pessoas, e outras tantas ficaram feridas. Mas os acontecimentos de Poznan provocaram uma rápida erosão no sistema estalinista. Em outubro de 1956, depois de grandes manifestações da sociedade polonesa, chegou ao poder Władysław Gomułka, um comunista que estava preso desde 1948. Foi também libertado o cardeal Stefan Wyszyński, dirigente espiritual da Nação que tinha sido condenado ao isolamento em um convento pelo regime comunista.

Em liberdade saíam pessoas perseguidas e condenadas injustamente. Gomukka decidiu, inicialmente, seguir uma política independente em relação ao Kremlin e por isso exigiu a retirada dos conselheiros militares soviéticos da Polônia. Mas os anos 60 não levaram a uma mudança política radical. Muito rápido esqueceram-se as promessas de 1956.

A política do Estado estava dirigida para um conflito com a Igreja Católica, e também para provocar atitudes anti-semitas, usadas para o jogo político interno. A era de Gomukka acabou em 1968 com a revolta dos estudantes, dos intelectuais e também com os sangrentos acontecimentos no litoral da Polônia em dezembro de 1970. Muitos trabalhadores morreram e os culpados desses acontecimentos até hoje não foram punidos.

Em 1970 chegou ao poder uma nova equipe comunista com Edward Gierek. Iniciou-se uma abertura da Polônia para o mundo internacional, para as novas tecnologias e empréstimos internacionais.

A Polônia tornou-se o país mais endividado do bloco comunista, embora lentamente saísse do estancamento econômico dos anos 60. Nos anos 70 vivia à base de empréstimos. Qualquer tentativa de regularização dos preços provocava revoltas como a de 1976 em Randon. Por todo o País passou uma onda de protestos e a Polícia Política novamente perseguiu os intelectuais e os estudantes. A incorporação na Constituição de 1952 da declaração do papel dirigente do Partido Comunista e da amizade com a URSS encontrou resistência. Essas mesmas declarações também foram adicionadas ao texto de juramento militar.

Começaram a faltar produtos no mercado e tentou-se solucionar essa situação com a emissão de bônus de alimentação. As pessoas não satisfeitas com o socialismo real, tendo em conta a abertura da Polônia para o mundo, tinham a tendência de comparar o nível de vida na Polônia com o de fora de suas fronteiras. Em 1978, o cardeal de Carcóvia, Karol Wojtyła, foi eleito Papa João Paulo II. A Igreja Católica teve um novo impulso na Polônia. A visita papal em 1979 foi um triunfo da Igreja Católica. O Papa João Paulo II ajoelhou-se perante o cardeal Stefan Wyszyński, Primaz da Polônia, em honra à sua condução da Nação no período comunista. A reação da sociedade à visita papal foi uma surpresa. O sistema comunista mostrou nesse momento sua fraqueza ideológica e também seu desgaste com a oposição democrática que começou a formar-se em meados da década de 70.

O autêntico momento decisivo da política na Polônia foram as greves de agosto de 1980 no litoral da Polônia e na Silésia. Naquela ocasião, os trabalhadores uniram-se os intelectuais e a Igreja.

Despedido de seu trabalho no estaleiro de Gdansk, Lech Walesa tornou-se o líder da resistência contra o poder comunista. Em setembro de 1980, o Sindicato Independente Solidariedade foi registrado. Durante os quinze meses da sua legalidade conseguiu incorporar milhões de pessoas que estavam entusiasmadas com a idéia de mudança na Polônia. O Partido Comunista encontrava-se em decadência e nos partidos considerados aliados crescia o descontentamento. A resistência contra o poder total dos comunistas era especialmente forte no Partido Unificado Agrário, lembrança de suas raízes ideológicas e políticas. Os anos de 1980 e 1981 foram marcados por greves, passeatas e manifestações. A situação econômica estava piorando. Nascia o fantasma das prateleiras vazias e o sistema de bônus voltou por alguns anos. Não teve sucesso a tentativa de construção da então chamada grande coalizão entre o Partido Comunista, a Igreja Católica e o Sindicato Solidariedade.

A URSS pressionava para uma solução dessa situação usando a força, desde que fosse realizada por mãos polacas.

Na arena política aparece o Exército. O General Wojciech Jaruzelski, que nessa época era, ao mesmo tempo, Ministro da Defesa Nacional, Primeiro-Ministro e Primeiro-Secretário do Partido Comunista, declarou, no dia 13 de dezembro de 1981, o estado de guerra. Foram presos os dirigentes do Sindicato Solidariedade, como Lech Walesa, os conselheiros de Walesa, Tadeusz Mazowiecki e Broniskaw Geremek, e milhares de sindicalistas e pessoas que militavam na oposição. O Exército patrulhava as ruas, introduziu-se o toque de recolher e a Polônia ficou isolada no sistema internacional. O Solidariedade passou a fazer resistência e as novas correntes dos antigos partidos políticos foram dizimadas. O Governo tentou criar o Movimento de Salvação Nacional, que tinha como objetivo apoiar o regime. A Polícia disparou contra os mineiros da mina Wujek e de Lubin, o que resultou em mortos e feridos. O capelão do Solidariedade, o padre Jerzy Popiełuszko, foi assassinado por funcionários do Serviço de Segurança. O General Jaruzelski compreendeu que não existia a possibilidade de usar por tempo ilimitado os métodos do estado de guerra. Mas agiu com muita cautela temendo tanto a reação da URSS como dos membros da linha dura do Partido Comunista.

Esperava-se por mudanças na URSS, que aconteceram com a vinda da era Gorbachev. O primeiro passo no caminho da democratização do sistema

foi a permissão para a entrada do Papa João Paulo II, em pleno estado de guerra. Sob a pressão do Papa, o regime decidiu promover uma anistia para os dirigentes do Solidariedade. O prêmio Nobel da Paz para Lech Walesa em 1983 transformou-o em símbolo vivo de luta contra o comunismo. O Solidariedade, que funcionava ilegalmente, recebeu o apoio dos intelectuais e dos artistas que faziam um boicote aos meios de comunicação oficiais. Apenas nos anos de 1987 e 1988 surgiram os primeiros sinais de transformação. O General Jaruzelski começou a ouvir mais freqüentemente a opinião dos intelectuais independentes. Na imprensa oficial surgiu a idéia de um encontro entre a oposição e o regime. De um lado estavam os líderes da oposição como Lech Walesa e Tadeusz Mazowiecki, do outro lado, os representantes do regime, o General Jaruzelski, Primeiro-Secretário do Partido Comunista, e o General Kiszczak, Ministro do Interior.

No final de 1988 e início de 1989 começou a preparação da Mesa Redonda, onde os antigos inimigos estabeleceram um compromisso político em que o regime elaboraria um plano de pluralismo político e sindical, permitiria a democracia parlamentar e realizaria uma grande e profunda transformação econômica. Em troca disso o passado seria separado por uma grossa "linha". As eleições para o Parlamento bicameral seriam por meio de contrato, ou seja, o regime de então teria na Câmara uma maioria garantida.

As eleições foram realizadas no dia 4 de junho de 1989. Livres da censura prévia, os jornais faziam uso da liberdade de expressão e da democracia. As estruturas políticas de oposição renasceram e a Polônia transformou-se rapidamente. Uma lei liberal sobre a participação na economia, elaborada durante o governo do Primeiro-Ministro Rakowski provocou uma onda de criação de empresas privadas. Também foram liberados os preços que até então eram controlados pelo governo, e eliminou-se o sistema de bônus. Isto provocou, no entanto, uma grande inflação e uma difícil situação em todas as camadas sociais. Nesta atmosfera, a eleição de 4 de junho de 1989 trouxe uma grande vitória para o Solidariedade, que nesse dia elegeu todos os seus candidatos para a Câmara e o Senado.

Apresentada pelo regime, a Lista Nacional foi totalmente boicotada pela sociedade e os líderes do antigo sistema tiveram de sair da memória e da política. O segundo turno dessas eleições também provocou a entrada para o Parlamento de uma nova geração de políticos. A missão de formar um novo governo foi dada ao Ministro do Interior, General Kiszczak. O Partido Comunista tinha esperanças que os antigos partidos aliados apoiassem essa candidatura. Mas o candidato líder do Solidariedade propôs uma outra saída: um governo com um primeiro-ministro não comunista, mas em aliança

com os antigos partidos da República Popular da Polônia. Obteve sucesso. Um intelectual independente, Tadeusz Mazowiecki, foi nomeado Primeiro-Ministro do primeiro governo não comunista da Polônia. Os partidos aliados que mantiveram esse governo foram o Partido Democrático e o Partido Agrário Polonês, que voltou às suas raízes ideológicas e políticas. O Vice-Primeiro-Ministro para Assuntos Econômicos nomeado foi o professor Leszek Balcerowicz, um economista que lutou contra a inflação com métodos extremamente radicais que foram apoiados pelo FMI.

A Assembléia Nacional, isto é, as duas câmaras do Parlamento polonês, em sessão conjunta, elegeram como Presidente da Polônia, de acordo com o que foi estabelecido durante as conversações da Mesa Redonda, o General Jaruzelski. Os comunistas no governo de Mazowiecki controlavam ainda o Ministério da Defesa Nacional e o do Interior.

Pode-se dizer que é bastante difícil fazer um balanço da era comunista do pós-guerra na Polônia. O sistema comunista da República Popular da Polônia não se coloca claramente para avaliações. Sem dúvida, a Polônia no Bloco Comunista era um País de certa maneira especial. Tínhamos uma forte Igreja Católica, elites intelectuais com uma certa liberdade, a cultura e a arte estavam em constante oposição ao poder. Milhões de pessoas obtiveram uma educação no sistema comunista. Muitas pessoas viviam do dia-a-dia, que tinha seus problemas, mas também a sua parte boa. A política era alheia a eles. O Estado era representado não apenas por uma burocracia incapaz, mas também outorgava alguns privilégios. A República Popular da Polônia era um Estado, em certo sentido, superprotetor. Férias baratas, sistema de saúde e colônia de férias para as crianças eram coisas mais que certas.

As revoltas sociais tinham como objetivo arrumar esse sistema, civilizá-lo, mas não uma transformação radical. Eram dirigidas contra uma idéia comunista de que todos eram iguais, mas havia uns mais iguais que outros. Portanto, a oposição que se criou nos anos 70 não queria a volta da Polônia ao capitalismo. Tendo em conta toda a onipotência econômica do Estado, tínhamos também um grande setor de economia privada. E os camponeses tinham a posse de suas terras.

A coletivização do tipo soviético nunca teve sucesso na Polônia. Os partidos políticos, que nos primeiros anos da República Popular da Polônia eram como ondas de transmissão do Partido Comunista, com o passar dos anos conseguiram uma certa independência. Davam a possibilidade de participação na política às pessoas que não aceitavam a ideologia marxista. No próprio Partido Comunista havia uma facção social-democrata, uma revisionista,

uma conservadora e até uma facção nacionalista. As atividades das pessoas na Polônia eram positivas e o Estado, mesmo subjugado a interesses alheios, conseguiu construir uma economia, um potencial industrial e agrícola. Mas esses bens não foram devidamente administrados. A onipotência do Partido Comunista provocava uma situação em que muitas vezes o esforço social não era usado corretamente. As poucas idéias de reforma econômica eram destruídas pela burocracia do Partido Comunista e pela luta dos conservadores doutrinários marxistas. Um exemplo é o caso da propriedade privada da terra, para o qual o Partido Unificado Agrário tinha uma posição bastante decidida. Embora sendo um satélite do Partido Comunista, conseguiu que a propriedade privada da terra fosse incluída na Constituição polonesa.

A independência da Igreja Católica na Polônia era uma situação específica com relação a todo o Bloco Comunista.

A avaliação da República Popular da Polônia não pode ser feita de forma unilateral, mas aqui concentro-me na luta pela democracia e pela liberdade. Às vezes foi uma luta sangrenta, mas a lembrança delas levaram à Mesa Redonda, uma transição pacífica do poder pelos comunistas.

Estabeleceu-se que não há perdão para os crimes de repressão da época anterior.

O Primeiro-Ministro Mazowiecki, em um pronunciamento no Parlamento polonês, disse que separamos o passado por uma grossa linha, significando que todo cidadão da República Popular da Polónia, independentemente de sua participação partidária, raça, profissão, ou o que fez no passado, é um cidadão com plenos direitos no novo Estado. Mas os que cometeram crimes políticos serão julgados justamente. Ou seja, o sentido da afirmação do Primeiro-Ministro era o de integrar milhões de cidadãos na construção do novo Estado. Ele percebeu que numa transição pacífica tinha de haver a crença de que os homens do antigo regime também deveriam construir o novo Estado em um novo sistema político.

O movimento agrário começou a dividir-se. O Partido Unificado Operário Polonês (Partido Comunista) dissolveu-se em 1990. Das suas ruínas foi criada a social-democracia da República Polonesa e outros partidos. Saíram da ilegalidade outros partidos, como a Confederação da Polónia Independente, os cristãos-democratas e cristãos-nacionais.

No Solidariedade começou um processo de divisão e de discussão sobre o que deveria ser o sindicato: um partido político que apóia as reformas ou um começo de um pluralismo sindical e político?

O governo de Mazowiecki, que evolutivamente ocupava também as áreas até então reservadas aos comunistas como o Exército, as de questões policiais e de segurança, queria ver no Solidariedade uma garantia das reformas: um grande partido político que seria a base do governo.

Isso não agradou a Lech Walesa que queria ter uma participação pessoal na política. A divisão do Solidariedade foi extremamente grave. A ocasião para isso foram as eleições presidenciais de 1990 e também as novas eleições parlamentares depois da dissolução do Parlamento eleito em 1989. Para as eleições presidenciais apresentaram-se candidatos de todos os partidos políticos, entre outros, o Primeiro-Ministro Mazowiecki e o líder do Solidariedade, Lech Walesa, que teve algumas dificuldades para ganhar no segundo turno, mas obteve sucesso, e o governo de Mazowiecki caiu, passando os partidos políticos que o constituíam para a oposição. Os governos de Mazowiecki e do político liberal Bielecki tinham como objetivo a modernização da Polônia. Foi introduzida mais uma vez a denominação de República da Polônia e voltou o brasão histórico.

As primeiras medidas do Plano Econômico de Balcerowicz, luta contra a inflação, mercadorias outra vez nas lojas e também a privatização, tiveram como consequência um alto desemprego, déficit orçamentário e também queda na produção industrial e das exportações. Durante 3 anos tivemos uma grave crise econômica e toda a economia passou por um processo de transformação. É claro que o governo cometeu muitos erros como consequência da doutrina econômica usada e por falta de experiência na difícil tarefa de transformação de uma economia centralizada e planificada em economia de mercado. É necessário enfatizar que uma das garantias dessas transformações foi o Presidente Lech Walesa, um sindicalista que naquele momento estava mais interessado no poder político. Daí a pouca compreensão das greves que não tinham razões econômicas. Vale observar que Lech Walesa, tendo em conta a sua dinâmica, resolveu construir a posição da Polônia no cenário internacional e, sobretudo, apoiar as aspirações da Polônia para fazer parte da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e da União Européia.

Lech Walesa conseguiu a retirada do Exército Vermelho que estava na Polónia desde 1945. Em relação aos vizinhos, decidiu-se por uma política de boas relações e de apoio à emancipação. A Polónia aceitou, no cenário internacional, a unificação da Alemanha e este tornou-se o País que mais apóia a Polónia na sua entrada na OTAN e na União Européia.

A desintegração da URSS, a criação dos novos Estados foi também um grande problema para a política externa polonesa. Estas questões não estão

totalmente resolvidas, tendo em vista os conflitos históricos da Polônia com a Rússia e com a Ucrânia. Na política exterior oriental existe como padrão dominante o pragmatismo.

Na política interna, a Polônia dirige-se para os padrões de democracia da Europa Ocidental. O modelo polonês de democracia se baseia no pluralismo político, no qual entram os partidos políticos, as associações, os sindicatos, a imprensa, os representantes da sociedade civil organizada e também todas as instituições estatais, o Parlamento e o Presidente. O sistema político fundamenta-se na norma constitucional que define a Polônia como um estado de direito. O sistema representativo de governo consiste em eleições livres para o Parlamento, para a Presidência da República e para as autarquias locais.

A Polônia ainda não tem uma nova Constituição, e sim um conjunto de leis transitórias que regulamentam as relações entre os três poderes. O sistema de governo é misto, com um primeiro-ministro e um presidente, que é eleito com amplos poderes em relação à política interna, à defesa nacional e à política externa. Isso cria alguns conflitos, mas no passado as coalizões governamentais essencialmente representavam o poder presidencial. O presidente também tem o direito de veto em relação às leis aprovadas pelo Parlamento. Os três poderes são independentes.

Os primeiros três anos de democracia na Polônia foram nos tempos do Solidariedade. O Presidente Lech Walesa era o personagem básico na política. O governo de Jan Olszewski, que foi criado por pessoas que estavam em torno do Presidente Lech Walesa, tomou por conta própria a tarefa de resolver questões do passado. Por uma decisão do Parlamento, o governo foi obrigado trazer a público todos os contatos mantidos por políticos em atividade com a antiga Polícia Política polonesa. Nos primeiros dias de junho de 1992 isso provocou uma real avalanche política e a queda do governo, que levou a conhecimento público uma lista, nunca verificada, de colaboradores da antiga Polícia Política comunista. Na lista estava o nome do então Presidente Lech Walesa e do Presidente do Parlamento. Para resolver a crise, o Presidente Lech Walesa convocou pela primeira vez, desde 1989, um membro de um partido que surgiu de uma força política que funcionava nos tempos do comunismo. O jovem chefe do Partido Agrário Polonês, Waldemar Pawlak, aceitou a missão de formar um governo. Mas esse governo durou apenas 30 dias, pois o Parlamento, dividido, ainda não estava preparado para apoiar o novo governo de Hanna Suchocka que formou-se com o apoio dos partidos nascidos do Movimento Solidariedade.

As eleições parlamentares de 1993 trouxeram uma mudança radical no sistema político polonês. Nesse momento ganhou a Aliança Esquerda Democrática, cuja base eram os antigos comunistas que formavam a social-democracia da República da Polónia. Em segundo lugar ficou o Partido Agrário e em terceiro a União Democrática, partido que até então tinha uma influência essencial no sistema político polonês. A Aliança Esquerda Democrática e o Partido Agrário Polonês formaram uma coalizão parlamentar que governa até hoje. Os líderes dessa coalizão, Aleksander Kwasniewski, da Aliança Esquerda Democrática, e Waldemar Pawlak, decidiram respeitar as atribuições constitucionais do presidente. A vitória dos social-democratas e do movimento agrário foi possível porque essas forças políticas apresentaram um programa bastante razoável e conciso à população e, sobretudo, confirmaram o que era a base da política polonesa nos últimos 3 anos, ou seja, a integração da Polónia na União Européia e na OTAN, uma política ativa nas fronteiras do Oriente e a continuação das reformas económicas no País. O governo, em que seu Primeiro-Ministro pela primeira vez na história da Polónia democrática tem uma forte maioria parlamentar, realiza um programa que tem amplo apoio social.

A economia, tendo em conta o crescimento de 4% em 1994 e de 6,5% em 1995, constitui uma sólida base para a democracia polonesa. Durante esse tempo, a dívida externa foi diminuída em 50% e a moeda nacional pela primeira vez na história é estável e confiável. Tendo em conta a situação internacional, cresce a exportação e fortalece-se a moeda. A produção agrícola é rentável e a produção industrial desenvolve-se devido a política não-protecionista do governo. O governo conduz uma privatização racional.

O sistema político polonês parece definido. Existe um forte grupo de esquerda, que é a Aliança Esquerda Democrática. O Partido Agrário Polonês é centro-político. A União da Liberdade é um partido liberal, mas cuja influência social está em declínio. Temos também a direita que está tentando se unificar.

Os catalisadores da nova democracia polonesa, do novo sistema político, serão as eleições presidenciais. Elas decidirão a forma que terá a Polónia no século XXI.



Imprenta:  
GRÁFICA VALCI EDITORA LTDA  
SIG - Quadra 8 - Lote 2.230  
Telefone: 344-1747 - Fax: 344-3025  
CGC - 00336024/0001-16

**Outros lançamentos da Editora UnB:**

*Einstein estava certo?*  
Clifford M. Will

*A minoria próspera e  
a multidão inquieta*  
Noam Chomsky

*Rejuvenescer a velhice* (2ª edição)  
Maria Laís M. Guidi e  
Maria Regina de L. P. Moreira (orgs.)

*O texto da notícia*  
Elcias Lustosa

*A potência do dragão*  
Sérgio Caldas Mercador Abi-sad

*Drogas e sociedade nos tempos da Aids*  
Richard Bucher

*Flauta transversa – método elementar*  
Pierre-Yves Artaud

*Entre árvores e esquecimentos –  
história social nos sertões do Brasil*  
Victor Leonardi

*Amigos traiçoeiros*  
Sérgio Bath e Thiago de Mello

*O protestantismo, a maçonaria e a  
questão religiosa no Brasil* (2ª edição)  
David Gueiros Vieira



"...você pensa que revolucionário é o seu socialismo. Engana-se. Revolucionária é a democracia. O socialismo no máximo pode ser um dos conteúdos da democracia. A democracia é revolucionária porque é um regime sempre incompleto, sempre a fazer-se, aberto e plural, mas tudo isso na direção de uma sociedade com igualdade de oportunidades. E mais: para a sua prática efetiva, somente quando haja muita cultura e uma sociedade educada."

*Anísio Teixeira*

(Depoimento de Anísio Teixeira ao  
Senador Artur da Távola)

Cod Edu: 27669

ISBN 85-238-0451-3



9 788523 004514